



**ATA EXECUTIVA**  
**Reunião Plenária Extraordinária**  
**Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH**

**Data:** 22 de abril de 2015.

**Local:** Palácio dos Bandeirantes, Salão dos Pratos, Av. Morumbi, nº. 4500, São Paulo - SP.

**Conselheiros pelo segmento do Estado:**

- Benedito Braga, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos e Presidente do CRH;
- Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH;
- Patricia Faga Iglecias Lemos, Secretária do Meio Ambiente;
- Eduardo Trani, Secretaria do Meio Ambiente;
- Marcos Antonio Monteiro, Secretário de Planejamento e Gestão;
- Luiz Sérgio Ozório Valentim, Secretaria da Saúde;
- Sérgio Meirelles de Carvalho, Secretaria de Logística e dos Transportes;
- Fabrício Cobra Arbex, Secretaria da Casa Civil;
- Antonio Vaz Serralha, Secretaria da Fazenda;
- Oscar Brás B. Pion, Secretaria de Energia.

**Conselheiros pelo segmento Municípios:**

- Francisco Nascimento de Brito, P.M. de Embu das Artes - Grupo 1;
- Ana Maria Gouvea, P.M. de Piquete e Ildefonso Mendes Neto, P.M. de São Bento do Sapucaí - Grupo 2;
- Antonio Luiz Colucci, P.M. de Ilhabela e Maria Antonieta de Brito, P.M. de Guarujá - Grupo 3;
- Miderson Zanella Milleo, P.M. de Taquarituba - Grupo 4;
- Sidnei Caio da Silva Junqueira, P.M. de Presidente Epitácio e Ricardo Pinheiro Santana, P.M. de Assis - Grupo 5;
- Helena Berto Tomazini Sorroche, P.M. de Alto Alegre e Edenilson de Almeida, P.M. de Guararapes - Grupo 6;
- Edgar de Souza, P.M. de Lins – Grupo 7;
- Armando Rossafa Garcia, P.M. de Santa Fé do Sul e Jamil Seron, P.M. de Tabapuã - Grupo 8;
- Samir Assad Nassbine, P.M. de Terra Roxa e Ricardo da Silva Sobrinho, P.M. de Santo Antônio da Alegria - Grupo 9;
- José Alberto Gimenez, P.M. de Sertãozinho – Grupo 10;
- Carlos Evandro Pollo, P.M. de Pedreira - Grupo 11.

**Conselheiros pelo segmento Sociedade Civil:**

- Jorge Rocco – CIESP;
- André Elia Neto – ÚNICA;
- José Eduardo Coscrato – FAESP;
- Luis Carlos Orsi – AFCRC;
- Hugo Marcos Piffer Leme – ASSEMAE;
- Carlos Eduardo Giampá – ABAS;
- Maurício Tadeu Nosé – SINTEC;
- Alceu Guérios Bittencourt – ABES;
- Mateus Delatim Simionato – ABGE;
- Maria Luisa Taborda Borges Ribeiro – Fundação SOS Mata Atlântica;
- Cláudio Bedran – Planeta Verde.

**Representantes de Comitês de Bacias Hidrográficas:**

- Maria Wanda Iorio - CBH-BS;
- David Franco Ayub e José Carlos Rodrigues - CBH-ALPA;
- Suraya Modaelli - CBH-AP,
- Benedito Rafael da Silva e Amauri Pollachi - CBH-AT;
- Leonildo Ednilson Urbano – CBH-PCJ;
- Sandro Roberto Selmo e Murilo Cavalheiro - CBH-PP;
- Marcos Antonio Ferreira - CBH-SMG;
- Samir Assad Nassbine e Claudio Daher Garcia – CBH-BPG;
- Célio José de Oliveira - CBH-BT;
- Fabio Luciano Pincinato- CBH-LN;
- Ismênia Mendes Moraes e Suraya Modaelli - CBH-MP;
- Ney Akemaru Ikeda - CBH-RB;
- Adauto Lopes, Eli Carvalho Rosa e Tokio Hirata- CBH-SJD;
- Tokio Hirata - CBH-TG.

**Convidados com direito a voz:**

- Luiz Fernando Carneseca, representando o superintendente do DAEE;
- Antonio Cezar Leal - Universidade Estadual Paulista-UNESP;
- Antônio Carlos Zuffo – Universidade de Campinas-UNICAMP;
- Marcelo Beserra-OAB.

## 1. Abertura.

O Presidente do CRH, Benedito Braga, Secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, agradeceu as presenças e deu início aos trabalhos. Enalteceu a importância do Conselho na gestão dos recursos hídricos paulista e pediu apoio de todos para fazer frente ao enorme desafio que está sendo a sua gestão já que, ao contrário de seus antecessores, que em geral assumiram a Pasta em períodos marcados por enchentes, o Secretário encontra as consequências da pior escassez hídrica da qual se tem registro. Testemunhou a liderança do Governador Geraldo Alckmin no sentido de promover ações para mitigar os efeitos da crise. Concluiu dizendo que apesar dos desafios, o Sistema Paulista está amadurecido e certamente, com apoio do Conselho, poderá convergir efetuando as mudanças necessárias ao aprimoramento de uma gestão mais eficaz.

## 2. Posse dos novos conselheiros do segmento Municípios e apresentação dos novos representantes do segmento Estado.

A pedido do Presidente do Conselho, o Secretário Executivo procedeu a leitura e apresentação individual dos novos conselheiros: **(i) Conselheiros do segmento Estado:** Patricia Iglecias, Secretária do Meio Ambiente – titular, Eduardo Trani, Coordenador de Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente - suplente; João Carlos Meirelles, Secretário de Energia – titular, Oscar Brás Pion, Secretaria de Energia - suplente; Marcos Monteiro, Secretário de Planejamento e Gestão – titular, suplente a ser definido; Arnaldo Jardim, Secretário da Agricultura e Abastecimento – titular, Rubens Rizek Secretário Adjunto da Agricultura e Abastecimento - suplente; David Uip, Secretário da Saúde - titular, Luiz Sérgio Valentim, Secretaria da Saúde - suplente; Duarte Nogueira, Secretário de Logística e dos Transportes - titular, Sérgio Carvalho, Secretaria de Logística e dos Transportes - suplente; Márcio França, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - titular, suplente a ser definido; Edson Aparecido, Secretário Chefe da Casa Civil - titular, Fabrício Cobra Arbex, Casa Civil - suplente; Renato Villela, Secretário da Fazenda - titular, Antonio Vaz Serralha, Secretaria da Fazenda - suplente; Hermann Voorwald, Secretário da Educação - titular, José Afonso Carrijo Andrade, Secretaria da Educação - suplente. **(ii) Convidados com direito a voz:** Prof. Dr. Antonio Cezar Leal, titular - UNESP; Prof. Chang Hung Kiang, suplente – UNESP; Prof. Dr. Antônio Carlos Zuffo, titular – UNICAMP; Prof. Dr. José Gilberto Dalfré Filho, suplente – UNICAMP; Dr. Carlos Alberto Maluf, titular – OAB; Dr. Marcelo Beserra, suplente – OAB; Eng. Plínio Tomas, titular – CREA; Eng. Arnaldo Pereira da Silva, suplente – CREA; Secretaria da Habitação, Secretário Rodrigo Garcia; Secretaria de Turismo, Secretário Roberto Lucena; Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, Secretário Jean Madeira; DAEE, Superintendente Ricardo Borsari; CETESB, Otávio Okano, Diretor Presidente. **(iii) Conselheiros do segmento Municípios:** Grupo 1, Alto Tietê, Prefeito de Embú das Artes, Francisco Nascimento de Brito - titular, Prefeito

de Cajamar, Marcos Roberto Carvalho - suplente; Grupo 2, Prefeita de Piquete, Ana Maria de Gouvea - titular, Prefeito de São Bento do Sapucaí, Ildefonso Mendes Neto - suplente; Grupo 3, Prefeito de Ilhabela, Antonio Luiz Colluci - titular, Prefeita de Guarujá, Maria Antonieta de Brito - suplente; Grupo 4, Prefeito de Ilha Comprida, Décio José Ventura - titular, Prefeito de Taquarituba, Miderson Zanello Milleo - suplente; Grupo 5, Prefeito de Presidente Epitácio, Sidnei Caio Junqueira - titular, Prefeito de Assis, Ricardo Pinheiro Santana - suplente; Grupo 6, Prefeita de Alto Alegre, Helena Berto Sorroche - titular, Prefeito de Guararapes, Edenilson de Almeida - suplente; Grupo 7, Prefeito de Itajú, José Luiz Furcin - titular, Prefeito de Lins, Edgar de Souza - suplente; Grupo 8, Prefeito de Santa Fé do Sul, Armando Rossafa Garcia - titular, Prefeito de Tabapuã, Jamil Seron - suplente; Grupo 9, Prefeito de Terra Roxa, Samir Assad Nassbine - titular, Prefeito de Santo Antônio da Alegria, Ricardo da Silva Sobrinho - suplente; Grupo 10, Prefeito de Sertãozinho, José Alberto Gimenez - titular, Prefeito de Cravinhos, José Carlos Carrascosa dos Santos - suplente; Grupo 11, Prefeito de Botucatu, João Cury Neto - titular, Prefeito de Pedreira, Carlos Evandro Pollo - suplente. De acordo com o artigo 4º do Decreto 57.113 de 27/07/2011 e do parágrafo único do artigo 10º do Regimento Interno do CRH, o Presidente declarou todos empossados.

### **3. Aprovação das atas das reuniões Ordinária e Extraordinária realizadas em 09/12/2014.**

Foram aprovadas as Atas como apresentadas, por unanimidade.

### **4. Informes da Secretaria Executiva.**

**(i)** Rui Brasil Assis, Secretário Executivo do CRH, pediu que os conselheiros permanecessem após o encerramento da reunião para a eleição dos representantes dos Municípios ao COFEHIDRO e para indicação de interesse de participação nas Câmaras Técnicas do CRH por parte dos novos representantes dos segmentos Estado e Municípios; **(ii)** Ana Lucia Aurélio, Diretora do Departamento de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Coordenadoria de Recursos Hídricos, apresentou proposta para os procedimentos, limites e condicionantes de revisão da cobrança pelo uso da água. A Câmara Técnica de Cobrança do CRH (CTCOB) trabalhou na proposta de revisão da Deliberação CRH 90 em conjunto com os CBHs e o apoio da CTAJI na elaboração de uma Minuta de Deliberação. Criaram também o Fórum Virtual possibilitando ampla participação na discussão dos itens da Minuta. Para as próximas etapas, no período de 22/04 a 08/05, haverá manifestação no Fórum para proposta de utilização de novos coeficientes ponderadores, de 11 a 15/05 as contribuições serão sistematizadas e haverá no dia 14/05 reunião do Grupo de Trabalho com a metodologia de apresentação do impacto da cobrança para os usuários. Até o final de maio (agendado para o dia 29), a elaboração da proposta da

Minuta. Em 10 de junho haverá reunião do GT para definição dos coeficientes ponderadores e conclusão da proposta de Minuta e, a partir de julho, reuniões regionais discutindo as contribuições dos CBHs. Em agosto, ocorrerá a sistematização final das sugestões e reunião geral com os CBHs para fechamento da proposta de Minuta da Deliberação a ser apreciada em reunião do CRH; (iii) O Secretário Executivo informou o andamento dos trabalhos do GT-Enquadramento colocando que até o final do exercício, o CRH deverá ter uma proposta de diretrizes aos CBHs para o enquadramento dos corpos d'água. Maria Luisa Taborda Ribeiro, representante da Fundação SOS Mata Atlântica, colocou que a entidade fez uma carta para os candidatos aos Governos dos Estados e aos que se candidataram à Presidência, buscando o aprimoramento da legislação que trata do enquadramento dos corpos d'água e da qualidade da água no Brasil. Defendeu o fim do enquadramento dos rios classe 4 e disse que a legislação de São Paulo daria exemplo fundamental para o resto do país se os CBHs extinguissem os rios classe 4 trazendo para a classe 3, citando a mudança de enquadramento do rio Jundiá para classe 3, que permitiu que o município de Indaiatuba pudesse captar água depois de quase 30 anos de luta. O Presidente considerou que sem dúvida o instrumento do enquadramento é importante e esperava contar com a contribuição de todos. Nesse sentido, Cláudio Bedran (Planeta Verde) se dispôs a fornecer material já debatido com o DAEE, também para os Conselheiros. O Secretário solicitou que encaminhasse as contribuições ao GT-Enquadramento.

## **5. Deliberações.**

### **5.1 Deliberação nº 169, ratifica a Deliberação CRH nº 164, de 09 de setembro de 2014.**

Foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo esclareceu que após a aprovação pelo Plenário do CRH da Deliberação CRH nº 164/2014, constatou-se a inobservância de cumprimento do prazo para distribuição da referida minuta de Deliberação aos Conselheiros. Informou ainda que o CBH-PCJ já havia atendido ao estabelecido no parágrafo único, do artigo 1º, da referida Deliberação, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 211/2014 e que, dentro do prazo regimental, o assunto estava sendo encaminhado aos conselheiros para nova Deliberação, com vistas a ratificar a Deliberação CRH 164. Leonildo Urbano, Secretário Executivo do CBH-PCJ, pediu que constasse na proposta que o CBH-PCJ atendeu as ressalvas citadas na Deliberação CRH 164.

### **5.2 Deliberação nº 170, referenda a Deliberação CBH-PP nº 164, de 06 de março de 2015, que altera a redação do artigo 6º da Deliberação CBH-PP nº 156, de 13 de junho de 2014, que aprovou a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI-22, Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.**

Foi aprovada por unanimidade. O CRH aprovou em setembro a proposta do CBH-PP de mecanismos e valores para a cobrança pelo uso da água, posteriormente na preparação da minuta do Decreto percebeu-se que faltava o parâmetro X6 no Anexo, quando então foi promovida a devida correção. A Deliberação altera a redação do artigo 6º da Deliberação CBH-PP nº 156.

**5.3 Deliberação nº 171, referenda a proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos urbanos e industriais dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, contida nas Deliberações CBH-MP nº 149, de 13 de dezembro de 2012, CBH-MP nº 160, de 26 de setembro de 2013, CBH-MP nº 169, de 21 de maio de 2014, CBH-MP nº 172, de 15 de dezembro de 2014 e CBH-MP nº 175, de 26 de março de 2015.**

Foi aprovada por unanimidade. A Deliberação CBH-MP nº 149, de 13 de dezembro de 2012, foi fruto dos trabalhos do Comitê atendendo solicitações de adequações da CTCOB que analisou a implantação da cobrança em diversas reuniões entre junho de 2013 e fevereiro de 2015. Emilio Carlos Prandi, Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento, Avaliação e Saneamento e do GT Cobrança do Comitê da Bacia Hidrográfica do Médio Paranapanema, apresentou as características e dados demonstrativos do CBH-MP. Criaram no âmbito da CTPAS o GTCobrança para estudos e processos de mobilização da implantação da cobrança realizando diversas reuniões na bacia por meio de um processo democrático e participativo divulgando em diversas reuniões de esclarecimento para os Sindicatos, Consórcio CIVAP, Associações de Usuários, Faculdades e Universidades e produzindo material para imprensa. Pela proposta para implantação da cobrança no âmbito da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Médio Paranapanema, as maiores vazões outorgadas são as de recursos hídricos superficiais. A UGRHI possui grande disponibilidade hídrica, a vazão outorgada subterrânea é 1,23 m<sup>3</sup>/s, a superficial 8,99 m<sup>3</sup>/s, resultando vazão total outorgada de 10,22m<sup>3</sup>/s. O principal uso outorgado é o rural mas também há um forte uso industrial e urbano. A avaliação dos impactos da cobrança no setor Industrial demonstrou que para um produtor de mandioca com produção de 12.500 ton/ano com valor médio de mercado em R\$ 70,00/saco 50kg o impacto sobre o produto será de apenas R\$ 0,23 saco de 50kg de mandioca produzido. No caso de Usina de álcool de faturamento anual no exercício de 2010 R\$ 17.500.000,00 pelo valor médio de mercado R\$ 50,67 saco 50 kg/açúcar, impacto de apenas R\$ 0,35 por saca de 50kg de açúcar produzido. A estimativa de receita da Cobrança no período entre 2015 até 2020 é para uma arrecadação total de R\$ 18 milhões, a ser implementada progressivamente. Sobre os



224 usos dos recursos arrecadados pelo Plano de Aplicação até 20% são para o  
225 Programa de Duração Continuada PDC 1 Planejamento e gerenciamento de recursos  
226 hídricos melhorando as questões da outorga e do enquadramento. Até 30% para o  
227 Programa de Duração Continuada PDC 3 em serviços e obras de conservação,  
228 proteção e recuperação da qualidade dos recursos hídricos. Até 30% para o  
229 Programa de Duração Continuada PDC 5 para conservação e proteção dos  
230 mananciais superficiais de abastecimento urbano, e até 50% para o Programa de  
231 Duração Continuada PDC 9 prevenção e defesa contra erosão do solo e o  
232 assoreamento dos corpos d'água, que é um problema grave na região. Tendo o  
233 Presidente aberto a palavra para as considerações do plenário, Malu Ribeiro  
234 concordou com a opinião pessoal do Presidente que deveriam ousar mais nos  
235 valores de revisão da cobrança. Considerou a cobrança como instrumento de gestão  
236 importante com baixo impacto na produção, e certamente também poderão contar  
237 com apoio da população em geral, ressaltando sempre que o objetivo não é  
238 arrecadação mas promover mudança de comportamento conscientizando a  
239 sociedade em seus diversos segmentos que desperdiçar e poluir a água deve ser  
240 muito caro financeiramente. André Elia Neto (UNICA) disse que os valores são  
241 considerados baixos porque o setor fez sua lição de casa implementando a  
242 modernização, de tal forma que nas últimas décadas captaram de 10 a 20 vezes  
243 menos água dos recursos hídricos.

244 **5.4 Deliberação nº 172, aprova a Deliberação CBH-AT nº 21, de 18 de**  
245 **dezembro de 2013, que trata da proposta de minuta do Anteprojeto de Lei**  
246 **Específica da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto**  
247 **Tietê Cabeceiras–APRM-ATC.**

248 Foi aprovada por unanimidade. Amauri Pollachi, Secretário do CBH-AT, apresentou a  
249 proposta sucintamente. O Anteprojeto abrange o território das UGRHIs 06 do CBH-  
250 AT e 07 do CBH-Baixada Santista. O Anexo I apresenta Mapa da área de proteção  
251 APRM-ATC delimitando as áreas de ocupação dirigida como um dos conceitos  
252 básicos da Lei definidas como área de urbanização controlada, de urbanização  
253 consolidada, áreas de proteção e conservação ambiental e especial de corredor. No  
254 Anexo II o Mapa das subbacias de contribuição APRM-ATC. Apresentou todo o longo  
255 histórico de concepção do Anteprojeto de Lei Específica da Área de Proteção e  
256 Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras e finalizou dizendo que a  
257 Minuta recebeu alterações sugeridas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica Baixada  
258 Santista como parte integrante na gestão compartilhada das duas UGRHI's.

O Prefeito de Embú das Artes Francisco Nascimento Brito, o Prefeito de Salesópolis Benedito Rafael da Silva, também Presidente CBH-AT, e o Deputado Luiz Carlos Gondim, solicitaram apoio de todos Conselheiros para aprovarem a proposta devido à importância da proteção das águas e o desenvolvimento socioeconômico. Malu Ribeiro sugeriu Moção à ALESP no sentido de tramitar rapidamente o Anteprojeto de Lei em virtude da extrema necessidade e, como proteção às invasões que já estão ocorrendo em área de mananciais. Sobre o assunto, Patricia Iglecias (Secretária do Meio Ambiente) disse que providências estão sendo tomadas para coibir as invasões na área de mananciais Parque dos Búfalos. O Presidente propôs envio da Moção imediatamente depois que o Governador autorizasse envio para ALESP. Jorge Luiz Silva Rocco (CIESP) solicitou registrar que já havia alertado na reunião da CTAJI para um Artigo colocando o termo Região Metropolitana como área territorial da APRM Alto Tietê Cabeceiras sendo depois substituído por prioritariamente para abastecimento público, no caso o território onde está sendo previsto a APRM específica, mas a CTAJI não poderia fazer alteração visto que já tinha sido aprovado pelo Comitê e CRH. Maria Antonieta, Prefeita Guarujá e Presidente do CBH-Baixada Santista, solicitou constar adequação apropriada no texto da Deliberação porque o CBH-BS não tem gestão pela Agência da Bacia Hidrográfica e, ao encaminhar daquela forma o Anteprojeto de Lei poderia correr risco de retornar para devida adequação. Foi esclarecido pelo Secretário do CBH-AT a correta adequação prevista nas disposições transitórias, ao que a Prefeita considerou-se contemplada.

### **5.5 Deliberação nº 173, aprova os Quadros de Metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO para o Estado de São Paulo.**

Foi aprovada por unanimidade. Ana Lúcia Aurélio, do DGRH/CRHi, apresentou a proposta esclarecendo que o programa é conduzido pela Agência Nacional de Águas-ANA com adesão do Estado ao final de 2014 pelo Decreto Estadual de São Paulo que estabelece adesão ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas tendo a SSRH como responsável pela coordenação das ações do poder executivo inerente a implantação do Pacto. Os Programas do Governo Estadual consideraram ações e investimentos para o alcance das metas. Na Deliberação, o CRH aprova as metas para o período 2015-2019. Contém também Anexos explicitando as metas federativas e as estaduais e delegando ao CRH a aprovação das metas estaduais e promoção do acompanhamento das metas sendo a SSRH responsável por apresentar ao CRH relatório de acompanhamento para cumprimento das metas. O primeiro Anexo apresenta o Quadro de Metas de Cooperação Federativa no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH basicamente contendo o compartilhamento de informações dos cadastros estaduais integrando o cadastro



nacional. No segundo Anexo, o Quadro de Metas de Gestão de Águas no Âmbito do Sistema Estadual apresenta diversas metas detalhadas, sendo que o sistema paulista, em função de seu tempo de existência e avanços promovidos na gestão, já cumpre diversas metas. Basicamente são variáveis e metas para o aprimoramento do sistema estadual de gestão dos recursos hídricos. O Secretário esclareceu ainda que o texto encaminhado sofreu algumas alterações de redação mas em nada alterando o conteúdo.

## **6. Assuntos Gerais.**

Não houve inscrições para os Assuntos Gerais.

## **7. Encerramento.**

Tendo sido cumprida a pauta, o Presidente agradeceu as presenças e deu por encerrada a reunião.

Esta Ata está em conformidade com a taquigrafia da Ata completa que contém a íntegra de todos os pronunciamentos desta reunião Extraordinária.

**Benedito Braga**

Presidente do CRH

**Rui Brasil Assis**

Secretário Executivo do CRH